

“Crédito do Japão irá depender da apresentação de plano consistente”

por David Friedlander
de São Paulo

O Japão deverá pedir ao Brasil a apresentação de um programa econômico consistente, que tenha credibilidade junto à comunidade financeira internacional, antes de decidir se cede ou não parte dos US\$ 29,5 bilhões que pretende aplicar nos países endividados do Terceiro Mundo.

Essa opinião foi manifestada por Mamoru Fukuoka, presidente da Jetro (Organização Oficial de Comércio Exterior do Japão), durante comentário sobre a viagem que o secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, fará ao Japão no próximo dia 27.

Fukuoka deixou claro que esse projeto não precisa ser necessariamente o Plano de Consistência Macroeconômico do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e que o “aval” não teria que partir obrigatoriamente do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A respeito da presença de Nakano no Japão, que vai apresentar o plano de Bresser a autoridades governamentais e empresários daquele país — para tentar obter parte do dinheiro japonês —, o presidente da Jetro foi bastante genérico, afirmando que “O próprio fato de muitas pessoas se encontrarem para trocar idéias é produtivo para a solução de qualquer problema.

O funcionário do governo japonês lembrou que a verba de US\$ 29,5 bilhões já está decidida, mas que ainda não se sabe quanto e para quem irá o dinheiro. Disse, também, que esses recursos serão entregues parceladamente, durante dois anos, através de operações que devem começar este ano ou, no máximo, no ano que vem.

CONVERSÃO

Comentando a respeito da conversão da dívida externa em capital de risco no País, Fukuoka afirmou que se trata de um instrumento que beneficiaria tanto o Brasil quanto seus credores, desde que fosse um mecanismo opcional. “Quando os credores deram o dinheiro estavam emprestando e não querendo investir. Isso não pode ser uma coisa obrigatória; são os credores que devem decidir se querem investir ou receber o dinheiro de volta”.

Com relação ao projeto do deputado Paulo Ramos (PMDB), que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco — aprovado semana passada pela Comissão de Sistematização Constituinte —, o presidente da Jetro entende que se trata de uma proposta “bastante nacionalista, mas interessante do ponto de vista brasileiro”. Lembrou, porém, que o desenvolvimento do País seria comprometido, por não contar “com uma boa dose de capital estrangeiro”.

Fukuoka admitiu existir interesse por parte de empresas do setor automobilístico — de seu país em atuar no Brasil, uma delas seria a Toyota, mas vê como remota a materializa-

ção dessas intenções em investimentos. Sua opinião está baseada no fato de que as montadoras estrangeiras que estão atuando no mercado nacional (Volkswagen, Ford e General Motors) “não estão obtendo lucro no mercado interno”. A possibilidade da diminuição do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), pleiteada pelas montadoras, também não entusiasmaria as empresas japonesas, em sua opinião: “A defasagem entre o yen e o cruzado não compensaria os investimentos”, argumentou.